Setor de Licitação
FL. 114
Morada Nova-Ce

TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00022.20260721/0001-40

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. AQUISIÇÃO DE CONTENTORES PLÁSTICOS PARA RESÍDUOS SÓLIDOS, DESTINADOS A OPERAÇÕES PROFISSIONAIS DE GESTÃO E COLETA URBANA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA-CE., conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. DA JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de contentores plásticos para resíduos sólidos, destinados às operações de acondicionamento, coleta e manejo de resíduos sólidos urbanos, por meio da Secretaria de Infraestrutura do Município de Morada Nova-CE.

A aquisição se faz necessária em razão da necessidade de melhoria e adequação da infraestrutura utilizada nos serviços de limpeza e coleta urbana, proporcionando equipamentos apropriados para o acondicionamento temporário dos resíduos e para o adequado desenvolvimento das atividades realizadas pelo Município.

Os contentores a serem adquiridos deverão apresentar características compatíveis com as condições de utilização em ambiente urbano, considerando a necessidade de resistência, durabilidade, facilidade de higienização, movimentação e utilização contínua nas operações de coleta. A disponibilização desses equipamentos contribuirá para a organização dos pontos de acondicionamento de resíduos, redução do espalhamento de materiais em vias e espaços públicos e melhoria das condições de higiene e salubridade.

A contratação também busca proporcionar melhores condições operacionais para os serviços municipais, contribuindo para a eficiência das atividades de coleta e manejo dos resíduos e para o adequado atendimento das necessidades da população.

A definição das capacidades dos contentores, de 240, 360, 500, 600, 700 e 1.000 litros, decorre da necessidade de atender diferentes demandas e locais de utilização, permitindo maior adequação dos equipamentos às características e ao volume de resíduos a serem acondicionados.

Os quantitativos estimados, correspondentes a 100 (cem) unidades, foram definidos de acordo com a necessidade apresentada pela Secretaria de Infraestrutura e com o planejamento da contratação, devendo ser observados os critérios e fundamentos constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Dessa forma, a aquisição mostra-se necessária e adequada ao interesse público, uma vez que contribuirá para a melhoria da infraestrutura de limpeza urbana, para a eficiência dos serviços de coleta e para a manutenção de condições adequadas de higiene, organização e salubridade dos espaços públicos do Município de Morada Nova-CE.

Lote 01 – Contentores de menor capacidade					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO
1	CONTENTORES 240 LITROS	20.0	Unidade	R$ 558,67	R$ 11.173,40
Especificação: Fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD) com tratamento/proteção contra raios ultravioletas (UV), garantindo resistência a impactos, intempéries e intencionalidade de uso intensivo em ambientes esternos. Compatível com sistema de coleta mecanizada (sistema lifter / basculamento e caminhão compactador). Estrutura robusta e reforçada para uso profissional contínuo, com excelente capacidade de armazenamento e facilidade para higienização e manutenção. Possuir tampa com vedação adequada para retenção e controle de odores, evitando a atração e exposição a insetos, roedores e vetores de doenças. Rodízios giratórios (com freio), tampa articulada e sistema de escoamento de líquidos. Cor do corpo e/ou tampa será definida posteriormente pela gestão municipal. Capacidade 240 litros.					
2	CONTENTORES 360 LITROS	20.0	Unidade	R$ 1.042,52	R$ 20.850,40

Especificação: Fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD) com tratamento/proteção contra raios ultravioletas (UV), garantindo resistência a impactos, intempéries e intencionalidade de uso intensivo em ambientes esternos. Compatível com sistema de coleta mecanizada (sistema lifter / basculamento e caminhão compactador). Estrutura robusta e reforçada para uso profissional contínuo, com excelente capacidade de armazenamento e facilidade para higienização e manutenção. Possuir tampa com vedação adequada para retenção e controle de odores, evitando a atração e exposição a insetos, roedores e vetores de doenças. Rodízios giratórios (com freio), tampa articulada e sistema de escoamento de líquidos. Cor do corpo e/ou tampa será definida posteriormente pela gestão municipal. Capacidade 360 litros.					
3	CONTENTORES 500 LITROS	20.0	Unidade	R$ 1.310,93	R$ 26.218,60
Especificação: Fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD) com tratamento/proteção contra raios ultravioletas (UV), garantindo resistência a impactos, intempéries e intencionalidade de uso intensivo em ambientes esternos. Compatível com sistema de coleta mecanizada (sistema lifter / basculamento e caminhão compactador). Estrutura robusta e reforçada para uso profissional contínuo, com excelente capacidade de armazenamento e facilidade para higienização e manutenção. Possuir tampa com vedação adequada para retenção e controle de odores, evitando a atração e exposição a insetos, roedores e vetores de doenças. Rodízios giratórios (com freio), tampa articulada e sistema de escoamento de líquidos. Cor do corpo e/ou tampa será definida posteriormente pela gestão municipal. Capacidade 500 litros.					
Valor total do lote R$ 58.242,40 (cinquenta e oito mil, duzentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos)					

Lote 02 – Contentores de maior capacidade					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QTD**	**UND**	**VALOR MÉDIO UNITÁRIO**	**VALOR MÉDIO UNITÁRIO**
4	CONTENTORES 600 LITROS	10.0	Unidade	R$ 1.490,15	R$ 14.901,50
Especificação: Fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD) com tratamento/proteção contra raios ultravioletas (UV), garantindo resistência a impactos, intempéries e intencionalidade de uso intensivo em ambientes esternos. Compatível com sistema de coleta mecanizada (sistema lifter / basculamento e caminhão compactador). Estrutura robusta e reforçada para uso profissional contínuo, com excelente capacidade de armazenamento e facilidade para higienização e manutenção. Possuir tampa com vedação adequada para retenção e controle de odores, evitando a atração e exposição a insetos, roedores e vetores de doenças. Rodízios giratórios (com freio), tampa articulada e sistema de escoamento de líquidos. Cor do corpo e/ou tampa será definida posteriormente pela gestão municipal. Capacidade 600 litros.					
5	CONTENTORES 700 LITROS	15.0	Unidade	R$ 1.550,26	R$ 23.253,90
Especificação: Fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD) com tratamento/proteção contra raios ultravioletas (UV), garantindo resistência a impactos, intempéries e intencionalidade de uso intensivo em ambientes esternos. Compatível com sistema de coleta mecanizada (sistema lifter / basculamento e caminhão compactador). Estrutura robusta e reforçada para uso profissional contínuo, com excelente capacidade de armazenamento e facilidade para higienização e manutenção. Possuir tampa com vedação adequada para retenção e controle de odores, evitando a atração e exposição a insetos, roedores e vetores de doenças. Rodízios giratórios (com freio), tampa articulada e sistema de escoamento de líquidos. Cor do corpo e/ou tampa será definida posteriormente pela gestão municipal. Capacidade 700 litros.					
6	CONTENTORES 1.000 LITROS	15.0	Unidade	R$ 1.919,67	R$ 28.795,05
Especificação: Fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD) com tratamento/proteção contra raios ultravioletas (UV), garantindo resistência a impactos, intempéries e intencionalidade de uso intensivo em ambientes esternos. Compatível com sistema de coleta mecanizada (sistema lifter / basculamento e caminhão compactador). Estrutura robusta e reforçada para uso profissional contínuo, com excelente capacidade de armazenamento e facilidade para higienização e manutenção. Possuir tampa com vedação adequada para retenção e controle de odores, evitando a atração e exposição a insetos, roedores e vetores de doenças. Rodízios giratórios (com freio), tampa articulada e sistema de escoamento de líquidos. Cor do corpo e/ou tampa será definida posteriormente pela gestão municipal. Capacidade 1.000 litros					
Valor total do lote R$ 66.950,45 (sessenta e seis mil, novecentos e cinquenta reais e quarenta e cinco centavos)					

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.
1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de de 12 meses, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de
1.5. O custo estimado total da contratação é de R$ R$ 125.192,85 (cento e vinte e cinco mil, cento e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos)
1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo para entrega dos bens será de **até 15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Compra ou instrumento equivalente emitido pela Contratante, observados os quantitativos e as especificações nela estabelecidos.
5.2. A entrega deverá ocorrer de acordo com a necessidade da Administração, mediante solicitação formal da Contratante, observados os quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual.
5.3. Caso a Contratada não consiga cumprir o prazo estabelecido, deverá comunicar formalmente à Contratante, apresentando a respectiva justificativa e os motivos que impossibilitem ou dificultem o cumprimento da obrigação, preferencialmente com antecedência mínima de **02 (dois) dias úteis** do término do prazo de entrega, para análise e eventual autorização da Administração.
5.4. A eventual prorrogação do prazo de entrega somente será admitida quando devidamente justificada e aceita pela Contratante, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, ressalvadas as situações decorrentes de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas.
5.5. Os bens deverão ser entregues novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de utilização, devidamente acondicionados e protegidos contra danos decorrentes do transporte, carga, descarga ou armazenamento, devendo atender integralmente às especificações, quantidades e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.
5.6. A entrega dos bens deverá ser realizada no seguinte endereço: **Rua Sargento Macedo, nº 400, Bairro Padre Assis Monteiro, Morada Nova/CE.**
5.7. Todas as despesas relacionadas ao transporte, carga, descarga e entrega dos bens no local indicado serão de responsabilidade da Contratada, salvo disposição expressa em contrário.
5.8. O recebimento dos bens pela Contratante ficará condicionado à conferência das quantidades, características e condições dos produtos, não sendo considerado definitivo o recebimento de produtos que apresentem desconformidades em relação às especificações estabelecidas.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Setor de Licitação
FL. 117
Morada Nova-Ce

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).
6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5°do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).
6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).
6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
6.11. O gestor do contrato deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).
7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
a) o prazo de validade;

Setor de Licitação
FL. 119
Morada Nova - Ce

b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Lote.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.3. Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional do responsável legal.

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. **Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)

8.13. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
8.19. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
PARAGRAFO ÚNICO: A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);
8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando;
8.21.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e
III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante).;
8.21.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
8.21.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de **2 (dois) anos;**
8.21.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
8.22. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.
8.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
8.24. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).
8.24.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social
8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

8.26. Apresentar **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante tenha fornecido ou esteja fornecendo bens compatíveis em

Setor de Licitação
FL. 128
Morada Nova-Ce

características e natureza com o objeto da presente licitação, demonstrando aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto contratado.

8.27. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, preferencialmente, no mínimo, as seguintes informações:

a) razão social e CNPJ da pessoa jurídica emitente;

b) descrição dos bens fornecidos, de forma que permita verificar a compatibilidade com o objeto da presente contratação;

c) identificação do responsável pela emissão do documento, contendo nome e função, sempre que disponível; e

d) data de emissão e assinatura do responsável, quando aplicável.

8.28. O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo a Administração, quando necessário, realizar diligências para verificar sua autenticidade e conteúdo, inclusive mediante solicitação de cópia do contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais, endereço atualizado da contratante e demais documentos que comprovem a efetiva execução do objeto, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

8.29. Não será exigida comprovação de fornecimento de marca ou modelo específico, sendo suficiente a demonstração de experiência anterior com bens de natureza e características compatíveis com o objeto da presente contratação.

8.30. Não será exigida comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento, considerando a natureza comum e padronizada dos bens e a ausência de complexidade técnica que justifique tal exigência, salvo se houver justificativa específica constante dos autos do processo.

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na(s) dotação(ções) 2201.04.122.0037.2.122 - Gerenciamento e Aperfeiçoamento Administrativo da Secretaria de Infraestrutura, nos elementos de despesas: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente; Subelemento: 4.4.90.52.18 – Maquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos.

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

ANDRÉ FELIPE LIMA GIRÃO
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA